



Accountability
Framework
initiative

Resumo da consulta

Atualizações do Accountability Framework

14 de janeiro de 2025



Como participar na consulta pública

Obrigado por seu interesse nesta consulta pública realizada pela Accountability Framework initiative (AFi)! Para participar da consulta, convidamos você a conhecer primeiro os tópicos dentro do escopo da consulta e as atualizações e adições ao Accountability Framework que estão sendo consideradas em relação a cada tópico. Essas informações são apresentadas em sua forma completa neste resumo da consulta. Os resumos dessas informações também estão sendo apresentados em uma série de webinars. Acesse [esta página](#) para ver a programação do webinar ou assistir à gravação de um webinar. Esta informação também é [disponível em inglês aqui](#).

O feedback das partes interessadas está sendo coletado por meio de uma [pesquisa on-line](#). Quando estiver familiarizado com os tópicos, nós o convidamos a visitar a página da pesquisa para fornecer sua opinião. A pesquisa inclui as mesmas perguntas da consulta sobre cada tópico que estão listadas no resumo da consulta. Os comentaristas podem fornecer informações sobre quantos tópicos desejarem. Se preferir fornecer sua opinião em um formato diferente, envie-a por e-mail para consultation@accountability-framework.org

A consulta vai de 14 de janeiro a 14 de março de 2025.

Conteúdo

Visão geral.....	3
Contexto: Três níveis de ação para cadeias de suprimentos responsáveis.....	5
Rastreabilidade, avaliação e controle da cadeia de suprimentos	6
Tópico 1: rastreabilidade e controle no nível da unidade de produção	7
Tópico 2: rastreabilidade e controle em nível de área	9
Tópico 3: Certificação	12
Tópico 4: Sistemas de controle de fornecedores.....	17
Gerenciamento da cadeia de suprimentos.....	20
Tópico 5: Aquisição responsável.....	21
Tópico 6: Determinação de respostas apropriadas para a não conformidade	23
Tópico 7: Caminho de volta à conformidade	27
Tópico 8: Desvinculação responsável.....	29
Verificação	31
Tópico 9: Verificação.....	31
Metas e trajetórias de progresso	34
Tópico 10: Caminhos de melhoria para volumes de produtos difíceis de rastrear	34
Tópico 11: Datas de metas e cumprimento de metas.....	38

Visão geral

Esta seção apresenta uma breve visão geral do contexto, do objetivo, do escopo e do processo da consulta pública.

Sobre a AFi e o Accountability Framework

A AFi é uma iniciativa colaborativa para impulsionar a transformação para cadeias de suprimentos responsáveis que protejam as florestas, outros ecossistemas naturais e os direitos humanos. Liderada por uma coalizão de 23 organizações ambientais e de direitos humanos, em colaboração com parceiros em todo o mundo, a AFi trabalha com empresas e outras partes interessadas importantes para apoiar essa transição nos setores agrícola e florestal.

A Accountability Framework (doravante denominada o “Framework”) é um roteiro para alcançar a produção e o comércio responsáveis em toda a cadeia de valor. O Framework orienta as empresas sobre maneiras eficazes de estabelecer metas, tomar medidas e relatar o progresso. O Framework reflete o consenso da coalizão da AFi, bem como as normas internacionais, as práticas recomendadas e as expectativas das partes interessadas

Desde que foi publicado pela primeira vez em 2019, o Framework foi aplicado por centenas de empresas, bem como por instituições financeiras, iniciativas da indústria e multisetoriais, sistemas de relatório e avaliação, formuladores de políticas governamentais e grupos da sociedade civil. Essas organizações usaram o Framework para estabelecer ou fortalecer suas políticas, práticas e mecanismos de transparência para desvincular as cadeias de suprimento de commodities do desmatamento em florestas e outros ecossistemas naturais¹ e dos danos sociais. O Framework também apoiou um alinhamento mais forte entre políticas, diretrizes e métricas para cadeias de suprimentos responsáveis.

Objetivo e escopo da consulta

O objetivo desta consulta pública é solicitar a opinião dos usuários do Framework e de outras partes interessadas sobre as atualizações propostas para o Framework. Essas atualizações abordam tópicos relacionados ao gerenciamento da cadeia de suprimentos, monitoramento, verificação e cumprimento dos compromissos e metas da cadeia de suprimentos responsável.

Essa consulta faz parte de um processo plurianual de atualização do Framework para atender às seguintes metas:

- Incorporar os aprendizados obtidos com o uso do Framework até o momento, bem como as inovações e os desenvolvimentos recentes nas práticas responsáveis da cadeia de

¹O termo “desmatamento em ecossistemas naturais” é utilizado em vez de “conversão”, porque conversão é comumente associada à qualquer mudança no uso da terra, como conversão de pastagem para lavoura de grãos, por exemplo.

suprimentos, para garantir que o Framework continue a servir como uma referência global atualizada.

- Fornecer mais clareza e promover o alinhamento em relação às questões e aos desafios que surgiram desde que o Framework foi publicada pela primeira vez e que representam barreiras ao progresso.
- Alinhar o Framework mais de perto com os novos regulamentos da cadeia de suprimentos, bem como aos instrumentos relacionados à ação climática, conservação da natureza e divulgação relacionada à sustentabilidade. Isso permitirá que o Framework continue a funcionar como um roteiro abrangente para apoiar as empresas no cumprimento de várias exigências do mercado, das partes interessadas e dos regulamentos de forma integrada.
- Melhorar a experiência geral do usuário ao acessar e aplicar o Framework, facilitando a navegação e sinalizando melhor sua aplicabilidade a diferentes tipos de empresas e outros usuários em diversos setores e contextos.

O objetivo do Framework é oferecer às empresas e a outras partes interessadas uma referência duradoura que lhes permita agir com confiança e clareza com base em sua orientação. Para esse fim, as atualizações manterão, em grande parte, as posições e diretrizes existentes no Framework. Não há intenção de "elevar o nível" ou "baixar o nível" com relação às expectativas da cadeia de suprimentos responsável. Em vez disso, as atualizações servem principalmente para fornecer detalhes adicionais e clareza, quando necessário, para apoiar ações eficazes e alinhadas e para abordar questões e desafios que as empresas e outras partes interessadas têm comumente encontrado enquanto trabalham para implementar ou apoiar cadeias de suprimentos responsáveis.

Processo de atualização da estrutura

Para atualizar o Framework, a AFi está se baseando na experiência de grupos de trabalho técnicos e em pesquisas completas para garantir que as revisões sejam fundamentadas nas evidências mais recentes, nos desenvolvimentos de políticas e nas boas práticas em diferentes contextos. A consulta das partes interessadas desempenha um papel central nesse processo, permitindo que uma ampla gama de perspectivas molde a versão final.

Essa consulta tem como objetivo maximizar a acessibilidade e a participação das partes interessadas, convidando-as a contribuir com os conceitos propostos e os principais elementos de orientação relacionados aos tópicos do escopo, e não com o texto completo. Após o encerramento do período da consulta, a coalizão da AFi e o secretariado incorporarão o feedback das partes interessadas em um conjunto de documentos revisados de Orientação Operacional, os quais substituirão os documentos de Orientação Operacional existentes sobre os tópicos correspondentes. Abaixo encontra-se um resumo dos documentos propostos de Orientação Operacional novos e atualizados dentro do escopo desta consulta em relação aos documentos de Orientação Operacional atuais:

Documento de Orientação Operacional atual	Documentos de Orientação Operacional novos e atualizados	Seção deste resumo da consulta em que o tópico é abordado
Gestão da Cadeia de Suprimentos	Avaliação e controle da cadeia de suprimentos	Seções 1-4
	Gerenciamento da cadeia de suprimentos	Seções 5-8
Monitoramento e verificação	Monitoramento e verificação	Seção 9
[Nenhum documento existente].	Usos de certificação no fornecimento responsável (NOVO)	Seção 3
[Nenhum documento existente].	Compromissos, metas e trajetórias de progresso da empresa (NOVO)	Seções 10-11

Além do exposto acima, todos os outros documentos do Framework tiveram, ou terão, atualizações mais limitadas com o objetivo de expandir a atualidade, a clareza e a facilidade de uso. Isso é feito de acordo com a [Política sobre Revisões do Accountability Framework](#) da AFi, com a contribuição e a revisão dos membros da Coalizão da AFi, bem como de outros especialistas e organizações, conforme relevante para cada tópico.

As versões atualizadas dos seguintes componentes do Framework já estão disponíveis:

- [Princípios Fundamentais](#)
- [Definições](#)
- [Orientação operacional sobre datas-limite](#)
- [Orientação operacional: sobre a aplicação das definições relacionadas ao desmatamento em florestas e ecossistemas naturais](#)

Antecipa-se que as atualizações dos demais documentos de orientação operacional sejam publicadas ao longo de 2025.

Contexto: Três níveis de ação para cadeias de suprimentos responsáveis

Todos os conceitos e propostas deste documento são parte da abordagem geral do Accountability Framework, o qual recomenda que as empresas gerenciem a conformidade, a melhoria e a mitigação de riscos da cadeia de suprimentos em três níveis diferentes:

- **Volumes da cadeia de suprimentos:** refere-se aos materiais reais (volumes de commodities) na cadeia de suprimentos de uma empresa em um determinado momento.
- **Fornecedores:** refere-se às políticas, aos sistemas de gerenciamento e ao desempenho dos fornecedores em geral.

- **Áreas de suprimento:** refere-se às paisagens, às zonas de suprimento ou às jurisdições das quais a empresa obtém produtos.

As ações de empresas nesses três níveis diferentes desempenham funções complementares como parte de uma abordagem eficaz da cadeia de suprimentos responsável. A conformidade e o desempenho em nível de volume são o foco principal de muitos compromissos de empresas, das expectativas do mercado e dos regulamentos relacionados ao comércio, como por exemplo o Regulamento de Desmatamento da União Europeia (EUDR). No entanto, o foco exclusivo nos volumes de produtos raramente é suficiente, pois o gerenciamento eficaz da conformidade e do desempenho do volume de produtos só pode ser sustentado ao longo do tempo se houver gerenciamento eficaz, mitigação de riscos e práticas de suporte nos níveis do fornecedor e da área de fornecimento. Por exemplo, os compradores de commodities normalmente contam com os sistemas de implementação e monitoramento de seus fornecedores para ajudar a obter rastreabilidade e controle em toda a cadeia de suprimentos. Nos cenários de produção, os impactos e riscos, como desmatamento, violações dos direitos à terra e trabalho infantil, geralmente estão além da capacidade de gerenciamento total de uma única empresa. Isso exige ação no nível da área de fornecimento para apoiar o progresso e promover a conformidade em paisagens e jurisdições de origem.

As formas específicas de ação exigidas em cada um dos três níveis provavelmente diferem de acordo com o contexto, considerando fatores que incluem os riscos e desafios em cada cadeia de suprimentos, bem como a capacidade da empresa de influenciar e apoiar a conformidade e a melhoria por si mesma e com seus fornecedores e outras partes interessadas. Os tópicos deste resumo da consulta abordam ações em todos os três níveis e devem ser considerados no contexto dessa abordagem geral de obtenção de conformidade e melhoria por meio de estratégias integradas em todas as três escalas de ação.

Rastreabilidade, avaliação e controle da cadeia de suprimentos

A rastreabilidade, a avaliação e o controle são elementos essenciais do gerenciamento da cadeia de suprimentos. A rastreabilidade é a capacidade de acompanhar um produto ou seus componentes pelos estágios da cadeia de suprimentos (por exemplo, produção, processamento, fabricação e distribuição). O controle refere-se ao processo de avaliação e gerenciamento dos atributos de matérias-primas ou produtos em seu local de produção e/ou à medida que passam por uma cadeia de suprimentos.

Alcançar a rastreabilidade e o controle adequados é um desafio para muitas empresas, principalmente para aquelas com cadeias de suprimentos mais longas e complexas. Ao mesmo tempo, os últimos anos também trouxeram avanços e inovações significativos para o cumprimento dessas funções de maneira mais eficaz e econômica. As atualizações do Framework visam incorporar os desenvolvimentos recentes e, ao mesmo tempo, oferecer mais especificidade em relação às melhores maneiras de otimizar a rastreabilidade e o controle por meio de diferentes métodos.

Orientação atual da AFi sobre esse tópico

O Princípio Fundamental 5 do Framework estabelece a expectativa de que as empresas conheçam as origens e o status de conformidade dos materiais em suas cadeias de suprimentos. Isso é obtido por meio de rastreabilidade e avaliação suficientes para garantir que as unidades de produção e processamento cumpram os compromissos e as obrigações da empresa ou para identificar problemas que precisem ser resolvidos com relação a desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais e violações de direitos humanos. O Framework identifica quatro abordagens para obter rastreabilidade suficiente:

- rastreamento de materiais diretamente de volta às suas unidades de produção de origem;
- rastreamento de materiais para jurisdições ou paisagens em que tenha sido demonstrado que o desempenho com relação a questões sociais ou ambientais específicas é adequado para cumprir os compromissos e as obrigações do comprador com relação às questões correspondentes;
- uso de sistemas de garantia confiáveis, como sistemas de certificação, que possam vincular o fornecimento de matérias-primas a unidades de produção com atributos de conformidade específicos; e
- rastreamento de materiais até um fornecedor intermediário com mecanismos de controle eficazes para rastrear até as unidades de produção ou processamento e fornecer evidências disso.

Independentemente da abordagem utilizada, os métodos específicos e os detalhes da abordagem devem ser adequados para cumprir a norma mencionada acima de que as empresas conheçam as origens e o status de conformidade dos materiais em suas cadeias de suprimentos.

Espera-se que a orientação atualizada mantenha essas quatro abordagens diferentes como possíveis opções para obter rastreabilidade e controle e, ao mesmo tempo, adicione mais detalhes sobre os atributos de cada abordagem que as tornariam adequadas para cumprir o padrão geral do Framework para rastreabilidade e controle suficientes. Os tópicos 1 a 4 abaixo resumem a orientação atual da AFi, os acréscimos propostos e as perguntas da consulta para cada uma das quatro abordagens, respectivamente.

Tópico 1: Rastreabilidade em nível de unidade de produção e controle

Orientação atual da AFi sobre esse tópico

A AFi define "unidade de produção" como:

Uma plantação, fazenda, rancho ou unidade de gerenciamento florestal. Isso inclui todos os lotes usados para agricultura ou silvicultura que estão sob um único gerenciamento, localizadas na mesma área geral e que compartilham os mesmos meios de produção. Uma

unidade de produção também inclui ecossistemas naturais, infraestrutura e outras terras dentro ou associadas à plantação, fazenda, rancho ou unidade de manejo florestal.²

O Framework especifica que as empresas devem avaliar a conformidade com as políticas, os compromissos e outras obrigações da empresa no nível de uma unidade de produção inteira. Portanto, o status de conformidade da unidade de produção determina o status de conformidade de todos os volumes de commodities que ela produz.

Atualizações propostas

As orientações atualizadas têm como objetivo fornecer mais detalhes sobre a implementação de avaliações em nível de unidade de produção, bem como a justificativa para avaliar a conformidade em nível de uma unidade de produção inteira. Esses elementos foram delineados [neste documento explicativo](#) publicado em junho de 2024 (em inglês), e a atual proposta é que sejam incorporados ao próprio Framework. Os pontos principais incluem:

- A avaliação de conformidade em nível de unidade de produção significa que a totalidade de uma unidade de produção deve aderir a uma determinada política ambiental ou social para que a unidade de produção e qualquer um de seus produtos sejam considerados em conformidade com essa política. Se a unidade de produção estiver envolvida em atividades ou incluir áreas de terra que não aderem a uma determinada política ambiental ou social, nem a unidade de produção nem seus produtos devem ser designados, relatados ou reivindicados como estando em conformidade.
- As avaliações de conformidade com as políticas de não desmatamento em floresta ou desmatamento em outros ecossistemas naturais devem considerar todas as terras de uma unidade de produção que foram desmatadas ou convertidas após a data de corte, independentemente de essas terras serem usadas atualmente para produzir a commodity que um determinado comprador está comprando.
- Ao desenvolver seus sistemas de monitoramento, verificação e relatório, as empresas devem usar uma abordagem de toda a unidade de produção para avaliar e lidar com os impactos do desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais e nos direitos humanos. Os compradores de commodities devem solicitar que seus fornecedores diretos e indiretos façam o mesmo. As empresas também devem relatar o progresso em direção a cadeias de

² O termo "unidade de produção" é diferente de vários outros termos potencialmente relacionados incluídos nos [Termos e Definições do Accountability Framework](#). As unidades de produção podem ser compostas por um ou mais [lotes de terra](#) (também conhecidos como áreas de terra). As unidades de produção são diferentes dos [grupos produtores](#), pois as primeiras estão sob gerenciamento único, enquanto os últimos são associações, cooperativas ou agrupamentos de muitos produtores diferentes. As unidades de produção são diferentes dos [grupos corporativos](#) (ou de várias unidades de produção pertencentes à mesma entidade), pois as primeiras compreendem terras na mesma área geral e compartilham os mesmos meios de produção (por exemplo, maquinário e mão de obra), enquanto os últimos compreendem grupos de unidades de produção que não compartilham esses elementos comuns.

suprimentos livres de desmatamento com base na abordagem de toda a unidade de produção.

- As empresas não são aconselhadas a avaliar a conformidade em escalas menores do que uma unidade de produção (por exemplo, um campo ou lote individual que seja uma subparte de uma fazenda ou plantação). Isso ocorre porque essa abordagem cria o risco de que os volumes de produtos sejam designados como conformes quando, na verdade, há não conformidade na unidade de produção de origem. No caso do desmatamento, por exemplo, isso poderia fazer com que os volumes de produtos fossem classificados como livres de desmatamento, embora haja desmatamento novo ou em andamento na mesma fazenda, pelo mesmo proprietário ou operador, usando os mesmos trabalhadores e equipamentos. Se os compradores de commodities permitirem que o status de livre de desmatamento seja determinado em níveis menores do que uma unidade de produção, eles poderão ser cúmplices na facilitação do desmatamento contínuo por parte dos produtores em suas cadeias de suprimentos. Eles também correm o risco de fazer declarações falsas ou enganosas sobre seus produtos.
- As empresas devem avaliar e gerenciar a conformidade na escala de toda a unidade de produção, mesmo quando políticas específicas ou estruturas de monitoramento permitirem ou exigirem a coleta de dados ou a avaliação no nível menor que o da unidade de produção. Nesses casos, as empresas devem coletar e fornecer dados para cumprir a legislação aplicável, mas ainda assim são aconselhadas a usar a abordagem de toda a unidade de produção para evitar o risco de fazer determinações de conformidade em nível de subfazenda, conforme descrito acima. Essa orientação é compatível com os requisitos de documentação do EUDR para geolocalização e rastreabilidade e, ao mesmo tempo, permite que as empresas também atendam às expectativas das partes interessadas e do mercado, que se baseiam na demonstração de conformidade em nível de unidade de produção.

Perguntas da consulta

- A explicação e a justificativa para a abordagem de toda a unidade de produção estão claras? Em caso negativo, o que poderia ser acrescentado para proporcionar mais clareza?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Tópico 2: Rastreabilidade e controle em nível de área

Sob rastreabilidade e controle em nível de área, as empresas rastreiam os volumes de commodities até uma área ou região de onde os materiais na cadeia de suprimentos se originam e avaliam a conformidade nesse nível. A área geralmente é uma jurisdição, mas também pode ser um raio de fornecimento ou uma área de abastecimento em torno de um primeiro ponto de coleta ou instalação de processamento (por exemplo, um raio de uma fábrica de óleo de palma), um conjunto definido de unidades de produção que abastecem um agregador ou comprador específico (por exemplo, a área coberta por uma cooperativa de pequenos proprietários) ou um cenário de produção.

Algumas empresas procuram usar a abordagem em nível de área para ajudar a melhorar a eficiência dos processos de rastreabilidade e controle e para priorizar esforços que demandam mais recursos em áreas de maior risco. Para proporcionar um controle adequado dos volumes de produtos e seu status de conformidade, as abordagens em nível de área devem seguir os principais critérios de credibilidade e eficácia. As atualizações do Framework têm o objetivo de definir esses critérios com mais precisão.

É importante observar que as abordagens em nível de área não são universalmente adequadas ou aceitas. Por exemplo, o Regulamento de Desmatamento da UE (EUDR) exige a documentação das origens dos produtos até o nível de lotes de terra individuais.

Orientação atual da AFI

Conforme observado acima, a abordagem em nível de área é um dos quatro métodos para obter rastreabilidade e controle suficientes de acordo com o Accountability Framework, desde que a abordagem utilizada atenda a um alto padrão de rigor. Esse é o caso quando os métodos e dados de monitoramento válidos podem demonstrar que é muito improvável que qualquer unidade de produção na área não esteja em conformidade (por exemplo, uma unidade de produção tem desmatamento após a data limite para expansão das áreas de produção de commodities).

O Framework também distingue a avaliação de conformidade em nível de área da avaliação de risco em nível de área. As avaliações de risco conduzidas em nível de cenário, jurisdição ou área de fornecimento podem ajudar a empresa a identificar desafios e níveis de risco relativos para informar e priorizar a ação apropriada, mas não se destinam a, e geralmente não são suficientes para, fornecer garantia de conformidade.

Atualizações e adições propostas

As atualizações propostas concentram-se em fornecer critérios mais específicos de credibilidade e eficácia para o uso de rastreabilidade e controle em nível de área para avaliar e demonstrar conformidade. Isso ajudará a garantir métodos adequados à finalidade e evitará o uso indevido de abordagens em nível de área. O foco desse detalhe adicional está na avaliação da conformidade relacionada ao desmatamento em floresta ou outros ecossistemas naturais. A avaliação de outros tópicos geralmente exige outros métodos. Por exemplo, a avaliação dos riscos e impactos sobre os direitos humanos geralmente é conduzida como parte de uma abordagem de diligência devida, a qual pode incluir avaliações em nível de área, mas normalmente também exige outros métodos, como avaliações ou auditorias em nível de unidade de produção.

A AFI não tem a intenção de prescrever uma metodologia específica para realizar determinações de conformidade em nível de área. Em vez disso, o foco será fornecer diretrizes e critérios mais específicos para o uso válido da rastreabilidade e do controle em nível de área, incluindo o seguinte:

- Princípios para garantir o uso adequado de métodos de rastreabilidade e controle em nível de área:

- As empresas devem atender a todos os riscos ambientais e sociais importantes em suas cadeias de suprimentos, bem como garantir a conformidade com a legislação aplicável. Se uma abordagem em nível de área for usada para avaliar um elemento de conformidade (por exemplo, não desmatamento), medidas complementares devem ser implementadas para tratar de todos os outros compromissos e obrigações.
- As empresas não devem usar o controle em nível de área ao comprar diretamente dos produtores. Nesses casos, os compradores devem conhecer as origens e o status de conformidade das matérias-primas para o nível da unidade de produção e avaliar a conformidade nessa escala. Essas informações devem ser um componente do relacionamento comercial entre produtor e comprador. Elas permitem que o comprador direto comunique os atributos dos materiais que vende aos compradores posteriores.
- As empresas devem complementar a avaliação de conformidade retrospectiva (por exemplo, avaliação de qualquer desmatamento após a data limite) com a detecção, o monitoramento e a resposta de riscos voltados para o futuro.
- Elementos para abordagens confiáveis de monitoramento e controle do desmatamento em nível de área:
 1. Uso de uma abordagem preventiva à detecção e ao gerenciamento do risco de não conformidade.
 2. Inclusão de análise espacialmente explícita da mudança no uso da terra, com resolução espacial adequada (por exemplo, 30 m ou mais fina) para identificar eventos de desmatamento individuais.
 3. avaliação de conformidade em nível de área somente para áreas que tenham um risco homogeneamente baixo em toda a área.
 4. Avaliação do desmatamento prévio em um período de tempo adequadamente longo para levar em conta a variação interanual nas taxas de desmatamento e o tempo necessário para que algumas culturas se estabeleçam e sejam colhidas. Indicativamente, as avaliações devem abranger desde o ano atual até a data limite ou pelo menos os cinco anos prévios, o que for mais longo.
 5. Atualização das avaliações em nível de área de forma rotineira, pelo menos anualmente.
 6. Detecção de novas conversões no momento em que elas estão ocorrendo (quase em tempo real).
 7. Avaliação do desmatamento de todos os tipos de ecossistemas naturais, incluindo ecossistemas florestais e não florestais.
 8. Consideração do desmatamento de toda a produção agrícola ou florestal na área que está sendo avaliada, não apenas das commodities que são o foco do abastecimento da empresa.

Mesmo quando as abordagens em nível de área são adequadas para demonstrar a conformidade com as políticas de não desmatamento em floresta ou outros ecossistemas naturais, pode haver

vários motivos para que os compradores de commodities busquem a rastreabilidade em nível de unidade de produção. Os benefícios da rastreabilidade em nível de unidade de produção incluem a facilitação do envolvimento do fornecedor, o apoio ao investimento e à melhoria no nível da base de suprimentos e a avaliação e o gerenciamento da conformidade ou do desempenho em uma série de atributos de sustentabilidade, inclusive aqueles que não podem ser avaliados ou gerenciados de forma eficaz em nível de área.

A orientação atualizada também incluirá informações adicionais para esclarecer a distinção entre a avaliação de conformidade em nível de área e outros métodos e abordagens em nível de área, incluindo:

- **Avaliação de risco em nível de área:** As avaliações de risco são usadas para informar e priorizar ações e monitoramento adicional, e não para avaliar a conformidade. Entretanto, em alguns casos, ferramentas e métodos semelhantes podem ser usados para avaliar o desempenho e o risco em uma área, independentemente de o uso pretendido da análise ser para avaliação de risco ou de conformidade.
- **Abordagens de investimento e implementação em nível de área:** Incluem iniciativas jurisdicionais e de paisagem, por meio das quais as empresas contribuem para a ação coletiva de abordar impactos, riscos e melhorias de sustentabilidade em nível de área. Essas abordagens geralmente não são um meio para as empresas demonstrarem a conformidade dos materiais produzidos em uma determinada área.

Perguntas da consulta

- Na sua opinião, qual é o papel da rastreabilidade e do controle em nível de área nas abordagens de fornecimento responsável? Você vê isso como uma abordagem de transição ou uma estratégia de longo prazo?
- Os princípios e critérios propostos para estratégias eficazes de controle em nível de área atingem o equilíbrio certo entre permitir metodologias pragmáticas e eficazes e, ao mesmo tempo, proteger contra brechas ou lavagem verde?
- A distinção entre avaliação de risco em nível de área e avaliação e controle de conformidade em nível de área é clara? Caso contrário, como você sugeriria ajustar ou esclarecer melhor essa distinção?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Tópico 3: Certificação

A certificação é uma das ferramentas mais utilizadas pelas empresas para implementar cadeias de suprimentos responsáveis e apoiar práticas de produção mais sustentáveis na agricultura e na silvicultura. Há muito tempo, as empresas usam a certificação para cumprir metas e compromissos voluntários de fornecimento responsável ou para diferenciar seus produtos como sendo mais sustentáveis. Agora, no entanto, muitas empresas também estão buscando a certificação para ajudar a atender a outros requisitos e expectativas, incluindo vários regulamentos e padrões de divulgação.

Com essa ampliação dos possíveis casos de uso da certificação, surgiram dúvidas sobre como essa ferramenta pode ser usada da melhor forma possível - e complementada, quando necessário - para atender a uma variedade de propósitos. Muitas dessas questões têm a ver com o uso da certificação de balanço de massa, que é muito difundida, mas geralmente não oferece controle em nível de volume e determinações de conformidade.

Orientação atual da AFI sobre esse tópico

O Framework identifica a certificação como uma das quatro abordagens para obter rastreabilidade e controle dos volumes de produtos. Para cumprir essa função, o sistema de certificação utilizado deve ser capaz de vincular o fornecimento de matéria-prima a unidades de produção com atributos específicos de conformidade ou desempenho. Atualmente, o Framework não especifica outros critérios para o uso da certificação para obter rastreabilidade e controle. No entanto, ele detalha as expectativas em relação às políticas e práticas de produção responsável, verificação eficaz e outros elementos que os programas de certificação precisam incluir para funcionar como mecanismos eficazes de implementação e garantia para cadeias de suprimentos responsáveis em alinhamento com o Framework.

Atualizações e adições propostas

A AFI planeja publicar um novo documento de Orientação Operacional sobre os usos da certificação no fornecimento responsável. Esse recurso ajudará a abordar as questões atuais sobre os usos da certificação e orientará as empresas sobre como aplicar a certificação (e complementá-la, quando necessário) para demonstrar a conformidade do volume do produto, apoiar a conformidade regulatória e contribuir para uma produção mais sustentável no local. Uma minuta de trabalho desse novo documento de Orientação Operacional está disponível [aqui](#) (em inglês) e os principais pontos estão resumidos abaixo. As partes interessadas são convidadas a fazer comentários sobre a versão preliminar completa ou sobre o resumo a seguir.³

O Framework manterá a posição mencionada acima sobre a adequação e os requisitos para que a certificação forneça rastreabilidade e controle suficientes dos volumes de produtos. Para esse fim, a minuta de trabalho destaca uma distinção fundamental entre as formas de certificação que resultam na separação física de materiais com atributos específicos (incluindo identidade preservada, segregação e certos sistemas de balanço de massa controlados) e aquelas que não o fazem (incluindo balanço de massa, books-and-claims).⁴ Os primeiros podem ser adequados para

³ Os acréscimos ao Accountability Framework sobre o tema da certificação estão sendo desenvolvidos em coordenação com a ISEAL, que está em processo de atualização e expansão de suas informações publicadas sobre os atributos e aplicações da certificação. Por exemplo, a ISEAL realizou recentemente um processo de consulta pública sobre atualizações em seu guia sobre diferentes modelos de cadeia de custódia (CoC) oferecidos por programas de certificação. A AFI pretende que a versão final de sua Orientação Operacional sobre os usos da certificação esteja totalmente alinhada com as publicações da ISEAL e, ao mesmo tempo, forneça informações complementares de valor para empresas e outras partes interessadas.

⁴ Consulte os [Termos e Definições](#) do Accountability Framework para obter as definições dessas diferentes formas de cadeia de custódia.

demonstrar a conformidade ou outros atributos de volumes específicos de commodities nas cadeias de suprimentos. Os últimos não são adequados para esses fins, mas podem apoiar o fornecimento responsável e as metas de sustentabilidade de outras formas.

Mais especificamente, a orientação específica que a certificação pode servir para demonstrar a conformidade com requisitos específicos no nível do volume do produto quando todos os itens a seguir forem verdadeiros:

- Padrão(ões) em nível de produção (e padrão(ões) para balanço de massa controlado, se aplicável) inclui(em) requisitos que se alinham totalmente com o compromisso, a política ou os requisitos em relação aos quais a empresa deseja demonstrar conformidade ou níveis de desempenho. Os padrões em nível de produção são aqueles que se aplicam a unidades de produção, grupos de produtores e/ou operações de processamento primário na origem ou próximo a ela.
- Um modelo físico de cadeia de custódia (CoC) é aplicado, ou seja, identidade preservada, segregada ou balanço de massa controlado. No caso do balanço de massa controlado, o programa deve incluir requisitos e mecanismos de garantia suficientemente rigorosos para demonstrar a conformidade dos materiais que não se originam de unidades de produção certificadas.
- O programa de certificação inclui requisitos de sistema adequados para credibilidade e rigor, resultando em boa qualidade de implementação. Isso inclui sistemas de garantia, controle de qualidade e transparência.
- O programa de certificação fornece os dados necessários que os compradores podem acessar, por exemplo, por meio de relatórios de auditoria ou plataformas digitais de rastreabilidade. Esses dados são adequados para demonstrar rastreabilidade e controle suficientes dos volumes de produtos comprados até o nível da base de fornecimento.

A minuta de trabalho fornece explicações e critérios adicionais para avaliar cada um dos itens acima, bem como boas práticas, ferramentas e métodos para que as empresas avaliem cada um desses componentes de forma sistemática por meio de benchmarking.

A orientação também se baseia nos critérios gerais listados acima para identificar requisitos específicos nos padrões em nível de produção que permitem que a certificação atenda a cada um dos casos de uso comuns. Isso inclui a demonstração de volumes de produtos livres de desmatamento ou de desmatamento em florestas e outros ecossistemas naturais (DCF) e a demonstração da devida diligência ambiental e de direitos humanos efetiva em nível de produção. Por exemplo, para demonstrar volumes de produtos DCF, o(s) padrão(ões) em nível de produção deve(m) incluir elementos alinhados com o Framework, como definições claras de desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais, bem como datas de corte. Quaisquer exceções para conversões menores ou concessões para remediação de conversões após a data de corte também devem estar de acordo com as disposições do Framework sobre esses tópicos. A orientação também resume os requisitos de certificação para apoiar a conformidade com o EUDR, que são

semelhantes aos requisitos gerais para demonstrar volumes de produtos livres de desmatamento, mas com algumas nuances.

Sobre o tópico do balanço de massa, a minuta de trabalho observa que o balanço de massa (não controlado) não é, por si só, capaz de demonstrar a conformidade do volume do produto. A orientação a seguir é fornecida para ajudar a esclarecer as funções apropriadas do balanço de massa como parte de uma estratégia de fornecimento responsável:

- Vários benefícios potenciais do uso do balanço de massa são observados, incluindo o aumento da demanda por matérias-primas certificadas, ajudando a estimular a inovação ao longo da cadeia de suprimentos (por exemplo, melhorias na rastreabilidade) e, em muitos casos, fornecendo um grau limitado de rastreabilidade para volumes não certificados dentro de produtos de balanço de massa, dependendo dos pontos da cadeia de suprimentos em que a mistura é permitida.
- A certificação de balanço de massa não deve ser usada como uma alternativa para melhorar e alcançar a conformidade do volume do produto de maneiras que sejam viáveis (ou que possam se tornar viáveis com o tempo) em cada contexto de fornecimento específico. Por exemplo, as empresas podem mudar suas compras de balanço de massa para cadeia de custódia (CoC) segregada ou aumentar a proporção de conteúdo de origem certificada em misturas controladas, se esses materiais estiverem disponíveis no mercado. Como alternativa, as empresas devem trabalhar para desenvolver outros mecanismos para obter rastreabilidade e controle adequados.
- Em alguns casos, o balanço de massa pode fornecer uma etapa parcial para a rastreabilidade, que as empresas podem complementar com outras medidas para alcançar a rastreabilidade e o controle totalmente adequados. Por exemplo, alguns sistemas de balanço de massa permitem que as empresas rastreiem os materiais até os pontos de mistura ou agregação nas cadeias de suprimentos. A partir daí, as empresas podem buscar monitoramento, avaliação ou auditoria suplementar do material de origem de fontes não certificadas, seja diretamente ou por meio de fornecedores. O mapeamento, o monitoramento geoespacial e os métodos analíticos desenvolvidos recentemente (por exemplo, testes de fibra de madeira) podem dar suporte a esses processos.
- Como o balanço de massa não permite necessariamente que as empresas tratem dos riscos e impactos ambientais e sociais nas origens do fornecimento, na ausência de rastreabilidade e controle adequados dos volumes de produtos, as empresas talvez precisem buscar investimentos diretos para endereçar esses impactos nas áreas de fornecimento onde se acredita que os volumes sem rastreabilidade física sejam originários. Um exemplo seria investir na conservação de florestas ou em iniciativas de remediação de trabalho infantil em paisagens produtoras de cacau dentro da base de fornecimento da empresa como complemento ao fornecimento de cacau certificado para balanço de massa.
- Para commodities e contextos de fornecimento em que é possível alcançar (ou progredir em direção a) rastreabilidade e controle suficientes, as empresas devem ter planos com prazos

para essa transição e devem divulgar publicamente o progresso que está sendo feito. Nesses contextos, a confiança da empresa no balanço de massa (na ausência de medidas suplementares adequadas) geralmente deve ser apenas uma solução temporária para o fornecimento responsável. Pode ser apropriado usar a certificação de balanço de massa em uma base de longo prazo quando houver barreiras estruturais para alcançar o controle total do volume do produto ou quando o balanço de massa fornecer os melhores meios para abordar os riscos e investir em soluções na origem. Um exemplo é o fornecimento de determinados derivados de óleo de palma altamente transformados, para os quais a extensão da cadeia de suprimentos e a quantidade de mistura em estágios intermediários podem significar que a CoC segregada é impraticável, e os compradores no final da cadeia podem ter poucas opções para obter o controle total do nível do produto.

Outros elementos notáveis da orientação incluem:

- **Book-and-claim:** o book-and-claim pode permitir que as empresas tomem medidas para mitigar os impactos de sua pegada de fornecimento e apoiar produtores ou práticas de produção mais responsáveis no local. Entretanto, sua completa desvinculação dos fluxos de produtos dos atributos de sustentabilidade apresenta algumas limitações fundamentais. Como ele não oferece suporte à rastreabilidade ou à avaliação de conformidade para volumes de produtos, as empresas que usam book-and-claim precisarão usar ou desenvolver outros mecanismos para cumprir essas funções. A orientação aconselha as empresas a considerarem o book-and-claim como um mecanismo de investimento direto na origem. Por exemplo, quando os compradores compram créditos de book-and-claim, isso pode permitir que pequenos agricultores participem da certificação e obtenham benefícios econômicos dessa participação, mesmo quando não há mercado para a compra direta de matérias-primas certificadas por compradores locais. Para as empresas que usam ou estão pensando em usar o sistema book-and-claim, é importante avaliar a credibilidade desses sistemas, incluindo transparência nos preços, auditoria independente de terceiros e um sistema de registro e contabilidade que proteja contra fraudes e dupla contagem.
- **Mistura controlada:** A mistura controlada (às vezes chamada de "mista") é um método de mistura de produtos que resulta em produtos com uma proporção conhecida de material certificado em um determinado lote de produtos. Por exemplo, um produto de mistura controlada pode ser conhecido por conter 30% de conteúdo certificado. A menos que seja usada em conjunto com o balanço de massa controlado, a mistura controlada não oferece garantia de conformidade para todos os volumes comprados. No entanto, ela pode ser usada para apoiar os relatórios, conforme resumido no próximo item.
- **Relatórios sobre volumes de balanço de massa:** Para fins de relatório da empresa em nível de cadeia de suprimentos, a mistura controlada pode ser usada para demonstrar e relatar a conformidade (para critérios específicos cobertos pelo padrão em nível de produção, como o não desmatamento) para a quantidade de material que se sabe ser originária de unidades de produção certificadas. Todos os outros materiais de balanço de massa não controlados nas cadeias de suprimentos não devem ser relatados como estando em conformidade com

políticas ou requisitos de não desmatamento em floresta ou outros ecossistemas naturais, legalidade ou direitos humanos.

- **Árvore de decisão:** A minuta de trabalho inclui uma árvore de decisão para que as empresas avaliem se uma determinada aplicação de certificação pode ser usada para demonstrar a conformidade de volumes de produtos com políticas ou requisitos de fornecimento específicos.

Perguntas da consulta

- Você concorda com a proposta de caracterização de diferentes formas de certificação, seus recursos e casos de uso? Em caso negativo, que modificações você sugere?
- Você concorda com os elementos propostos sobre o balanço de massa, incluindo quando é adequado usá-lo como uma estratégia de transição versus uma estratégia de longo prazo e como as empresas podem complementar melhor o uso do balanço de massa para progredir em direção à rastreabilidade e ao controle adequados? Fique à vontade para compartilhar exemplos específicos de sua experiência.
- Existem outros aspectos do tópico de certificação ou cenários que seriam úteis para a nova orientação abordar?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Tópico 4: Sistemas de controle de fornecedores

Os compradores downstream geralmente dependem de seus fornecedores para fornecer informações sobre as origens e o status de conformidade dos materiais oferecidos para venda. Quando os fornecedores têm sistemas robustos de rastreabilidade e controle dos materiais que compram, os compradores podem fazer uso desses sistemas para atender às suas próprias necessidades de rastreabilidade e controle até o nível da base de fornecimento.⁵ Quando feita de forma eficaz, essa abordagem pode reduzir a duplicação dos esforços de monitoramento e, ao mesmo tempo, promover um foco maior na rastreabilidade, na avaliação da conformidade e no aprimoramento a montante das cadeias de suprimentos.

Os sistemas de controle de fornecedores também são especificados ou previstos como parte de determinados regulamentos comerciais e de diligência devida relacionados às cadeias de suprimentos agrícolas ou florestais. Por exemplo, de acordo com a EUDR, as empresas às quais a lei se refere como "comerciantes", que incluem empresas a jusante do primeiro ponto de importação para a UE (por exemplo, fabricantes ou varejistas de alimentos), podem fazer uso da devida diligência realizada por seus fornecedores diretos ou indiretos que colocaram os produtos pela

⁵ O Accountability Framework define a base de suprimentos como "Os locais de origem reais ou potenciais dos materiais nas cadeias de suprimentos". A base de suprimentos inclui: (i) unidades de produção; (ii) instalações de processamento primário; e (iii) áreas de fornecimento".

primeira vez no mercado da UE ("operadores"), embora sejam responsáveis por verificar a adequação dessa devida diligência para cumprir a lei.

Orientação atual da AFI sobre esse tópico

O Accountability Framework identifica os sistemas de controle de fornecedores como um dos quatro métodos pelos quais as empresas podem obter rastreabilidade e controle suficientes dos materiais em suas cadeias de suprimentos. Isso requer o rastreamento de materiais até um fornecedor intermediário que tenha mecanismos de controle eficazes para rastrear até o nível de produção e avaliar e demonstrar a conformidade de forma eficaz. As orientações sobre a implementação dessa abordagem estão detalhadas na Seção 1 da Orientação operacional sobre a gestão da cadeia de suprimento e na Seção 2.3 da Orientação operacional sobre monitoramento e verificação. Os pontos principais incluem:

- O comprador avalia os sistemas de controle de seus fornecedores diretos para determinar sua adequação para garantir a conformidade.
- O fornecedor direto monitora a conformidade no nível da base de fornecimento ou avalia os sistemas de controle de seus fornecedores. Esse processo de cascata upstream continua até que a avaliação no nível da base de fornecimento seja possível.
- Se os fornecedores diretos e/ou indiretos de um comprador não tiverem mecanismos de controle ou monitoramento eficazes no nível da base de suprimentos, o comprador não poderá confiar nos sistemas de controle de fornecedores para obter rastreabilidade e controle suficientes e deverá buscar mecanismos adicionais.

Atualizações e adições propostas

As atualizações sobre esse tópico visam fornecer mais detalhes sobre os sistemas de controle de fornecedores, incluindo critérios para a eficácia e o rigor de tais sistemas. Os compradores podem usar esses critérios para ajudar a avaliar os sistemas de controle de seus fornecedores, tanto para identificar e solucionar as principais lacunas quanto para avaliar a qualidade das evidências que um determinado sistema pode fornecer e os tipos de relatórios e declarações que ele pode apoiar.

Os elementos de sistemas robustos de controle de fornecedores que os compradores devem avaliar e monitorar para determinar a adequação de tais sistemas incluem:

- Políticas sólidas e publicamente disponíveis relacionadas ao não desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais e ao respeito aos direitos humanos que abrangem todo o negócio do fornecedor e são claramente especificadas, em alinhamento com o Accountability Framework.
- Políticas de aquisição e sistemas de controle de compras, inclusive para compras no mercado à vista (spot market).
- Requisitos do fornecedor e mecanismos de engajamento do fornecedor que servem para transmitir as políticas do fornecedor para o início da cadeia.

- Sistemas de rastreabilidade, incluindo métodos adequados para lidar com fornecedores indiretos.
- Controles adequados para a cadeia de custódia, reconciliação de volume e mistura de produtos (conforme aplicável) para garantir que os produtos vendidos pelo fornecedor e seus atributos de sustentabilidade sejam designados e documentados com precisão.
- Monitoramento sistemático de desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais, direitos humanos e legalidade em toda a base de fornecimento do fornecedor.
- Verificação adequada da base de suprimentos do próprio fornecedor, incluindo verificação por terceiros.
- Protocolos adequados de documentação e manutenção de registros.
- Capacidade de fornecer informações sobre as origens do produto e o status de conformidade ao comprador que sejam adequadas para atender aos compromissos e obrigações regulatórias, de relatórios e de conformidade do próprio comprador.
- Relatórios públicos regulares sobre a exposição, os riscos, a governança, os sistemas e o desempenho de sustentabilidade do fornecedor.

A orientação atualizada também esclarecerá que os sistemas de controle de fornecedores podem utilizar qualquer um dos outros três métodos do Accountability Framework para obter rastreabilidade e controle adequados (nível de unidade de produção, nível de área ou certificação) a montante do fornecedor. Por fim, serão descritas maneiras de obter o controle do volume de produtos ao comprar em mercado à vista (spot market), por exemplo, por meio do uso de listas de fornecedores aprovados.

Perguntas da consulta

- Em sua opinião, quais são as características mais importantes de um sistema robusto de controle de fornecedores? Quais critérios os compradores devem avaliar para determinar se o sistema de controle de um fornecedor é adequado para rastrear, monitorar e controlar as origens dos produtos e seu status de conformidade?
- Quais formas de verificação devem ser incluídas em um sistema de controle de fornecedores e como o comprador deve avaliar a adequação dos mecanismos de verificação?
- Existem outros critérios ou salvaguardas que deveriam estar em vigor para ajudar a garantir que os compradores estejam exercendo a devida diligência quando confiam nos sistemas de controle do fornecedor para ajudar a gerenciar a conformidade dos materiais que compram?
- Existem ferramentas ou plataformas de dados que você considerou eficazes na transferência de informações sobre conformidade e mecanismos de controle entre os participantes da cadeia de suprimentos (por exemplo, de fornecedores para seus compradores)?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Gestão da cadeia de suprimentos

A gestão da cadeia de suprimentos refere-se à função dos compradores de commodities de gerenciar toda a sua cadeia de suprimentos, considerando riscos, desempenho e conformidade atuais e futuros. Inclui as políticas, práticas e sistemas de compra do comprador, bem como suas relações com os fornecedores. O Princípio Fundamental 6 resume as posições existentes no Framework sobre a gestão da cadeia de suprimentos, com detalhes adicionais fornecidos na [Orientação Operacional sobre Gestão da Cadeia de Suprimentos](#) (disponível em inglês).

Em linhas gerais, essas seções do Framework abrangem três tópicos diferentes:

- **Aquisição responsável:** Refere-se às políticas e práticas de compra do comprador em toda a sua cadeia de suprimentos. Diz respeito principalmente à gestão de volumes da cadeia de suprimentos. O tópico 5 abaixo descreve as atualizações propostas para fornecer mais detalhes sobre aquisição responsável.
- **Envolvimento do fornecedor:** Refere-se ao relacionamento do comprador com os fornecedores com os quais mantém relações contratuais, contínuas ou recorrentes. Diz respeito à gestão dos volumes da cadeia de suprimentos e do desempenho em nível de fornecedor. O engajamento do fornecedor aborda a necessidade de os fornecedores terem políticas, sistemas e processos adequados para implementar práticas responsáveis de produção e fornecimento de acordo com os compromissos e as obrigações do comprador. Também aborda o papel do fornecedor na gestão de fornecedores indiretos e o papel do comprador no monitoramento do desempenho do fornecedor e no apoio a fornecedores diretos e indiretos (incluindo pequenos proprietários), conforme necessário, para implementar práticas responsáveis. Não se espera que os elementos do Framework sobre o envolvimento do fornecedor mudem significativamente, embora esse material seja editado para maior clareza e facilidade de uso. Portanto, esse tópico não é o foco desta consulta.
- **Respostas à não conformidade:** Refere-se às respostas do comprador à não conformidade com as políticas, compromissos ou outras obrigações da empresa relacionadas a desmatamento ou direitos humanos. Propõe-se que as orientações sobre respostas à não conformidade sejam ampliadas e refinadas de três maneiras para torná-las mais completas e com mais nuances de acordo com o contexto. Essas revisões são abordadas neste resumo da consulta da seguinte forma:
 - Determinação de respostas apropriadas para a não conformidade - consulte o Tópico 6 abaixo.
 - Caminhos de volta à conformidade - consulte o Tópico 7 abaixo.
 - Desvinculação responsável - consulte o Tópico 8 abaixo.

Tópico 5: Aquisição responsável

Orientação atual da AFi sobre esse tópico

O Framework estabelece que os compradores de commodities devem estabelecer sistemas eficazes para alinhar as práticas de fornecimento com seus compromissos e obrigações responsáveis com a cadeia de suprimentos. Os compradores devem ter sistemas para selecionar novos fornecedores antes da compra e para gerenciar a conformidade de volumes comprados em mercados à vista ou fora de relacionamentos de longo prazo com fornecedores. As práticas de aquisição responsável devem ser formalizadas por meio de instrumentos como políticas de fornecimento e aquisição, contratos ou códigos de conduta de fornecedores, que servem para operacionalizar a aquisição responsável em toda a empresa.

Os mecanismos de aquisição responsável devem abordar todas as aquisições da empresa, incluindo as aquisições diretas e indiretas em todas as origens e linhas de produtos.

Atualizações e adições propostas

As atualizações propostas visam complementar a orientação existente com mais detalhes sobre os principais aspectos da aquisição responsável, com foco nos aspectos resumidos abaixo. Para obter mais informações sobre as atualizações propostas relacionadas à aquisição de volumes de commodities difíceis de rastrear (incluindo derivados e commodities incorporadas em produtos de origem animal), consulte o Tópico 10.

Seleção, triagem e integração de fornecedores: A orientação atualizada enfatizará mais fortemente o início de relacionamentos com novos fornecedores como uma oportunidade importante para incorporar práticas responsáveis na cadeia de suprimentos da empresa de forma sustentável. Para esse fim, os compradores devem estabelecer critérios mínimos para a seleção de novos fornecedores que digam respeito às políticas, aos sistemas e ao desempenho do fornecedor relacionados ao desmatamento e aos direitos humanos. Especificamente:

- O fornecedor deve ter suas próprias políticas de produção e/ou fornecimento responsáveis (dependendo se o fornecedor é produtor, comprador ou ambos) e sistemas de gerenciamento e controle alinhados com os do comprador.
- O fornecedor deve confirmar sua disposição em aceitar os requisitos do comprador para conformidade e desempenho relacionados à sustentabilidade, bem como os requisitos relacionados a monitoramento, verificação e acesso a informações.
- O comprador deve avaliar o nível geral de conformidade ou desempenho do fornecedor em relação ao desmatamento ou abusos de direitos humanos em seus negócios. Isso deve ser avaliado por meio da solicitação de informações ao fornecedor (por exemplo, dados de conformidade, relatórios de auditoria, registros de reclamações) e por meio de investigação ou validação independente. Na medida em que o fornecedor não estiver totalmente em conformidade com os requisitos ambientais e de direitos humanos relevantes em toda a sua empresa, ele deve tomar as medidas adequadas para a não conformidade, incluindo a

remediação, quando necessário. Em geral, os produtores, processadores primários e comerciantes não devem ter nenhuma não conformidade ou devem ter baixos níveis de não conformidade com respostas ativas em vigor. Com fornecedores mais distantes na cadeia de suprimentos (por exemplo, fabricantes), há mais ênfase em sistemas robustos para monitorar a conformidade em toda a base de suprimentos e responder aos problemas conforme necessário, de forma contínua

Todos os itens acima devem ser avaliados sistematicamente no estágio de triagem e confirmados antes da integração do fornecedor. Se o fornecedor atender aos critérios do comprador e for tomada a decisão de prosseguir, os elementos acima deverão ser formalizados por meio de contratos, códigos de fornecedores ou outros instrumentos

Sistemas de controle de compras: A orientação atualizada fornecerá orientações mais específicas sobre os sistemas de controle de compras, que servem para verificar sistematicamente se um determinado lote de produto atende às especificações do comprador (incluindo requisitos relacionados à sustentabilidade) antes da compra. Esses sistemas normalmente incluem um conjunto de critérios que abrangem as políticas de aquisição responsável do comprador, bem como uma sequência de verificações para avaliar os critérios de cada lote de produto. Os sistemas de controle de compras devem abranger todas as compras de produtos, inclusive as de fornecedores estabelecidos, bem como as do mercado spot e outras compras episódicas ou únicas. A natureza das verificações pode precisar ser diferente, dependendo do contexto da compra. Também é útil vincular os sistemas de controle de compras aos sistemas de manutenção de registros digitais da empresa para ajudar a apoiar a validação da conformidade do produto e manter os dados de atributos do produto para os compradores.

Compras em mercados spot: As compras no mercado spot devem ser cobertas por sistemas de controle de compras, mas também exigem atenção extra devido aos desafios de obter informações sobre atributos de sustentabilidade quando não há um relacionamento estabelecido entre o comprador e o fornecedor. A orientação atualizada indicará o uso de listas de fornecedores aprovados e/ou listas negras para apoiar decisões de compra em tempo real em contextos de mercado à vista. Dadas as limitações da compra no mercado spot para controlar a conformidade do volume de produtos, a orientação também enfatizará a necessidade de os compradores buscarem medidas suplementares (por exemplo, avaliação e controle no nível da área de fornecimento) e mudarem as compras para outros acordos que sejam mais propícios para atingir os níveis de controle necessários.

Perguntas da consulta

- A orientação existente da AFI e os acréscimos propostos (conforme resumido acima) capturam os principais elementos da aquisição responsável? Há outros elementos que deveriam ser incluídos?

- Você tem alguma sugestão para tornar a orientação sobre esse tópico mais prática e útil para as empresas, especialmente em termos de abordagem de quaisquer perguntas comuns ou desafios importantes?
- Na sua opinião, existem critérios adicionais para a eficácia dos sistemas de compras responsáveis que o Framework deveria incluir?
- Você conhece algum exemplo específico de políticas, códigos ou abordagens da empresa para gerenciar o controle de compras ou aquisições que sejam promissores ou eficazes no controle de desmatamento ou atributos de direitos humanos de produtos ou fornecedores? Se sim, convidamos você a compartilhar esses exemplos.
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Tópico 6: Determinação de respostas apropriadas para a não conformidade

Embora as empresas devam se esforçar para evitar o desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais e as violações de direitos humanos em suas cadeias de suprimentos, também é importante que elas tenham processos adequados para identificar a não conformidade e resolver esses problemas de forma rápida e eficaz. Essa é uma parte fundamental da diligência devida da cadeia de suprimentos.

Quando houver não conformidade nas cadeias de suprimentos, a meta deve ser resolver e remediar essa não conformidade de forma eficaz e rápida, sem permitir ou promover mais não conformidade ou danos nas origens de fornecimento. As respostas à não conformidade devem equilibrar abordagens pragmáticas de melhoria com expectativas e planos específicos e com prazo determinado para a resolução de danos ambientais e sociais. Elas também devem incluir um forte elemento de dissuasão para que os participantes da cadeia de suprimentos sejam incentivados a prevenir e evitar a não conformidade em primeiro lugar.

Embora exista um amplo consenso sobre esses objetivos, tem sido menos claro como eles devem se traduzir em ações da empresa em diferentes contextos de fornecimento, levando em conta as diferentes oportunidades e barreiras para resolver a não conformidade, bem como as capacidades e limitações de diferentes atores para implementar, apoiar ou ordenar essa resolução. As atualizações do Framework visam fornecer mais detalhes sobre as respostas adequadas à não conformidade em diferentes contextos.

Orientação atual da AFi sobre esse tópico

O Princípio Fundamental 6 afirma que as empresas devem gerenciar a não conformidade em suas operações e cadeias de suprimentos para resolver os problemas de forma rápida e eficaz. O Framework adota uma abordagem inclusiva para o gerenciamento da cadeia de suprimentos, incentivando as empresas a envolver os fornecedores que não estejam em conformidade e a apoiar os processos de melhoria, em vez de excluí-los imediatamente das cadeias de suprimentos. No

entanto, dependendo da gravidade da não conformidade - bem como do grau de culpabilidade do fornecedor por ela e do compromisso e da capacidade do fornecedor de buscar a conformidade - a suspensão ou exclusão do fornecedor pode ser justificada

As seções 4 e 5 da Orientação Operacional sobre Gestão da Cadeia de Suprimentos fornecem orientação sobre como identificar a não conformidade, avaliar sua gravidade, determinar o curso de ação apropriado (por exemplo, reter, suspender ou excluir um fornecedor em não conformidade) e envolver os fornecedores em não conformidade por meio de planos de implementação, monitoramento e suporte para manter a conformidade.

Atualizações e adições propostas

A orientação atualizada manterá em grande parte as recomendações existentes sobre como avaliar a natureza das não conformidades para informar os cursos de ação mais adequados. Os fatores de avaliação atualmente identificados incluem: i) a gravidade da não conformidade (que por si só é uma função da intensidade, escala e persistência); ii) o grau de culpabilidade do fornecedor; e iii) o compromisso e a capacidade do fornecedor de melhorar, remediar e evitar a recorrência da não conformidade.⁶ Além desses fatores existentes, será acrescentada mais uma consideração: iv) ponderação dos benefícios e riscos sociais e ambientais da escolha de manter, suspender ou excluir um fornecedor com não conformidade

As atualizações propostas mais significativas envolverão o fornecimento de recomendações mais específicas sobre respostas à não conformidade com base na posição do fornecedor na cadeia de fornecedores. Quando o fornecedor é um produtor, ele normalmente tem maior controle sobre a conformidade e a capacidade de remediar a não conformidade porque é proprietário ou opera unidades de produção. Portanto, há uma grande expectativa de remediar a não conformidade existente e evitar novas não conformidades em todo o escopo de sua gestão. Quando o fornecedor está mais a jusante, ele pode ter menos controle sobre a conformidade, especialmente se tiver uma cadeia de suprimentos grande e com várias camadas. Como comprador, ele também pode não estar em posição de remediar diretamente a não conformidade ambiental e social no local, mas pode apoiar essa remediação de várias maneiras.

Com essas considerações em mente, uma proposta de orientação diferenciada para três contextos diferentes da cadeia de suprimentos é resumida abaixo. Como parte da orientação geral, cada um desses cenários apresenta determinadas opções para que um comprador continue comprando produtos de fornecedores que não estejam em conformidade com o . Entretanto, apesar de qualquer flexibilidade que essa orientação diferenciada possa oferecer, se o comprador tiver que adquirir apenas volumes de produtos em conformidade (por exemplo, devido a uma obrigação regulatória ou exigência do comprador), ele deverá fazê-lo mesmo que o balanço de considerações

⁶ Esses fatores são elaborados na Seção 4.2.1 da Orientação Operacional sobre Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos.

possa indicar a adequação de continuar comprando determinados volumes de produtos não conformes.

Ao comprar diretamente de unidades de produção que não estejam em conformidade:

- O comprador deve solicitar, e o fornecedor deve fornecer, informações sobre o status de conformidade de todas as unidades de produção das quais o comprador está pensando em comprar.
- Quando o equilíbrio das quatro considerações mencionadas acima o justificar, o comprador poderá optar por comprar volumes de unidades de produção que não estejam em conformidade, no interesse de apoiar a melhoria e a prevenção de danos futuros. Nesse caso, o produtor deve ter um plano de melhoria com prazo determinado ou um plano de ação que trate da prevenção de danos futuros (incluindo a proteção dos ecossistemas naturais remanescentes) e da remediação da não conformidade. O comprador deve monitorar (e apoiar, se necessário) o plano de melhoria/ação e deve escalar sua resposta se o plano não for implementado de forma rápida e eficaz.

Ao comprar volumes em conformidade de produtores com não conformidade em outras unidades de produção:

- O comprador deve solicitar, e o fornecedor deve fornecer, informações sobre todas as suas participações e se há não conformidade entre elas.
- Se o produtor não estiver em conformidade com outras unidades de produção, pode ser apropriado para o comprador continuar comprando volumes em conformidade do produtor (ou seja, de unidades de produção individuais em conformidade), desde que o produtor não continue a se envolver em conversões não conformes significativas ou em violações sistêmicas de direitos humanos. Se essas violações significativas estiverem em andamento, o comprador deve suspender a compra desse fornecedor ou, potencialmente, interromper completamente o relacionamento comercial, independentemente de conseguir adquirir volumes em conformidade de unidades de produção individuais.
- Se o produtor tiver um histórico anterior de não conformidade sistêmica, será necessária uma ação adicional em toda a empresa por parte do fornecedor e a supervisão do comprador, como, por exemplo, garantir que o produtor tenha sistemas eficazes para identificar e evitar futuras não conformidades. O comprador também deve ter disposições (como termos de contrato e suporte ao fornecedor) que lhe permitam instituir incentivos eficazes, ação comercial ou suspensão/terminação da compra se/conforme necessário.

Ao comprar de fornecedores a jusante dos produtores:

- Ao adquirir de fornecedores a jusante dos produtores, os compradores devem tomar decisões de compra e engajamento com base no status de conformidade dos volumes de produtos oferecidos para venda e no desempenho do fornecedor em relação aos critérios de sustentabilidade em todo o seu negócio (ou, pelo menos, na parte do negócio que é pertinente ao comprador, como as commodities e continentes de origem relevantes).

- O comprador deve adquirir materiais em conformidade quando disponíveis. Isso usa seu poder de compra para criar demanda por materiais em conformidade.
- Os compradores podem comprar volumes fora de conformidade de um fornecedor se ambas as afirmações a seguir forem verdadeiras:
 - O fornecedor fornece informações sobre a origem e o status de conformidade desses volumes (consulte Rastreabilidade, avaliação e controle da cadeia de suprimentos na página 6, acima) e especifica as ações que estão sendo tomadas para tratar de quaisquer lacunas na rastreabilidade e na conformidade desses volumes e os cronogramas para fechar essas lacunas.
 - O fornecedor tem políticas de não desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais e de direitos humanos alinhadas com as do comprador e é capaz de implementar e transmitir essas expectativas de forma eficaz em toda a sua empresa e em sua base de fornecimento upstream, inclusive por meio de sistemas de controle robustos, conforme descrito no Tópico 4. Na medida em que qualquer um desses elementos estiver faltando, o fornecedor está buscando melhorias para preencher essas lacunas.
- Os compradores devem reduzir ou interromper a compra de fornecedores que tenham um desempenho persistentemente baixo e/ou demonstrem falta de disposição para melhorar.

Em todos os casos, os volumes de produtos devem estar em conformidade para serem declarados ou relatados como tal. Embora a orientação descrita acima indique que pode ser apropriado para um comprador comprar volumes que não estejam em conformidade em algumas situações, esses volumes não podem ser declarados ou informados como conformes.

Perguntas da consulta

- Você concorda com o conjunto de fatores proposto para determinar o curso de ação apropriado em resposta à não conformidade? Você acha que o Framework deve fornecer alguma orientação ou exemplo adicional sobre como esses fatores devem ser ponderados? Em caso afirmativo, quais são suas ideias a esse respeito?
- Você concorda com os pontos de orientação para cada um dos três diferentes contextos de fornecimentos descritos no resumo da consulta? Se não, que ajustes você sugere?
- Quando um produtor tem várias propriedades ou unidades de negócios, qual você acha que deve ser a responsabilidade do comprador para entender ou monitorar a não conformidade nas unidades de produção de propriedade ou gerenciadas por esse produtor, das quais o comprador não está comprando atualmente?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Tópico 7: Caminho de volta à conformidade

Embora exista um amplo consenso de que é desejável resolver e remediar a não conformidade nas cadeias de suprimentos, nem sempre ficou claro quais são as etapas necessárias para que os fornecedores com não conformidade possam reingressar nas cadeias de suprimentos ou alcançar novamente o status de conformidade. Esclarecer esse "caminho de volta à conformidade" é importante para incentivar a remediação e a melhoria entre os fornecedores que não estão em conformidade com a . Também é importante melhorar o alinhamento na forma como os diferentes agentes da cadeia de suprimentos entendem e informam sobre o status de conformidade dos fornecedores que estão trabalhando para resolver a não conformidade.

Orientação atual da AFi sobre esse tópico

O Framework já fornece orientações detalhadas sobre como lidar com a não conformidade e os impactos adversos relacionados ao desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais e aos direitos humanos. Isso é abordado nos Princípios Fundamentais 6.5 e 9 (para todas as formas de remediação), [na Orientação Operacional sobre Remediação e Acesso à Remediação](#) (para danos e não conformidades de direitos humanos) e na [Orientação Operacional sobre Restauração e Compensação Ambiental](#) (para danos e não conformidades ambientais). Os dois documentos são disponíveis em inglês. Também afirma que, para apoiar a resolução de não conformidades, deve ser oferecido aos fornecedores um caminho de volta à conformidade que recompense a boa fé e os esforços efetivos. Como parte desse caminho, os fornecedores que não estiverem em conformidade devem fornecer um plano de implementação claro e publicamente disponível com um cronograma e um processo para retornar à conformidade, incluindo a remediação quando necessário.

Atualizações e adições propostas

As atualizações propostas fornecerão critérios e parâmetros mais específicos para orientar o caminho de volta à conformidade quando houver desmatamento em floresta ou em outros ecossistemas naturais após a data de corte em uma unidade de produção. Essa orientação se aplica a compromissos e políticas livres de desmatamento e de desmatamento em floresta ou outros ecossistemas naturais (DCF) de forma genérica, de acordo com o Framework. Se as empresas estiverem sujeitas a requisitos específicos de ausência de desmatamento ou DCF, essas disposições também deverão ser seguidas, prevalecendo os requisitos mais rigorosos. Por exemplo, a EUDR não permite nenhum caminho de volta à conformidade para lotes de terra que sofreram desmatamento após a data limite de 2020 da lei.

Os parâmetros propostos para que uma unidade de produção com desmatamento de floresta e outros ecossistemas naturais após a data de corte retorne à conformidade estão descritos abaixo.

Elegibilidade: Para se qualificar para retornar à conformidade, as unidades de produção não podem ser de propriedade ou gerenciadas por entidades para as quais o desmatamento em floresta ou outros ecossistemas naturais sejam problemas sistêmicos e contínuos em suas operações ou

propriedades. Os proprietários devem divulgar o escopo completo de suas propriedades e negócios afiliados (de acordo com a definição de [grupo corporativo](#) do Accountability Framework) para permitir que essa determinação seja feita.

Ações: O caminho de volta à conformidade exige três conjuntos de ações:

- Medidas para remediar o desmatamento após a data de corte por meio de restauração e/ou compensação de acordo com a [Orientação Operacional sobre Restauração e Compensação Ambiental](#) (em inglês).⁷ Essas medidas devem ser documentadas em um plano de restauração/compensação de acordo com essa Orientação Operacional, incluindo elementos sobre a participação das partes interessadas para identificar os valores que foram perdidos e as formas mais adequadas de restaurá-los ou compensá-los.
- Monitoramento regular do progresso da restauração e/ou compensação de acordo com o plano, com ajustes no plano feitos conforme necessário para atingir suas metas.
- Políticas, sistemas e práticas para evitar proativamente futuros desmatamentos e conversões fora da conformidade, tanto na(s) unidade(s) de produção fora da conformidade quanto em outras operações ou propriedades do produtor.

Nível de progresso necessário para atingir novamente a conformidade: O plano de restauração/compensação deve indicar o ponto em que a unidade de produção pode ser considerada como tendo atingido novamente a conformidade. Como diretriz geral, isso pode ocorrer quando todas as três condições a seguir forem atendidas:

- As obrigações legais relacionadas à remediação e restauração foram cumpridas.
- Medidas preventivas adequadas estão em vigor, conforme descrito acima.
- Planos e designações adequados para restauração ou compensação foram implementados, e as atividades estão em andamento e sendo monitoradas quanto à eficácia, como segue:
 - Restauração: O terreno que foi convertido de forma inadmissível foi retirado da produção e designado para uso de conservação e restauração em caráter permanente. Um plano de restauração foi concluído com a participação das partes interessadas afetadas e os fundos para sua implementação foram alocados. O processo de restauração foi iniciado (por meios ativos e/ou passivos, dependendo do que for mais adequado no local) e está sendo monitorado regularmente.
 - Compensação: Áreas adequadas para compensação (no local e/ou fora dele) foram identificadas em consulta com as partes interessadas relevantes, e os direitos de usá-las da maneira pretendida foram garantidos. Um plano de compensação foi concluído e os fundos para sua implementação foram alocados. Se a compensação se basear na perda evitada de ecossistemas naturais existentes, os locais e os valores de conservação em

⁷ As exigências comuns de restauração e/ou compensação podem ser matizadas no caso de pequenos proprietários para equilibrar os interesses da inclusão e dos meios de subsistência dos pequenos proprietários com a qualidade ambiental. Isso já está especificado no Framework. Consulte a [Orientação Operacional sobre Inclusão de Pequenos Proprietários em Cadeias de Suprimentos Éticas](#) (em inglês) para obter mais detalhes.

questão foram protegidos a longo prazo por meios eficazes, incluindo designação legal e/ou direitos comunitários e planos de gerenciamento, conforme apropriado. Se a compensação incluir a restauração de locais degradados, o processo de restauração foi iniciado (por meios ativos e/ou passivos, dependendo do que for mais adequado no local) e está sendo monitorado regularmente.

Designação e relatório do status de conformidade: As unidades de produção que cumpriram os elementos acima sob o Nível de progresso necessário para atingir novamente a conformidade podem ser designadas e relatadas como em conformidade, por exemplo, nos relatórios de sustentabilidade da empresa ou em nível de empresa para empresa. As unidades de produção que atendem ao critério de Elegibilidade acima e estão ativamente estabelecendo medidas preventivas e planos de restauração ou compensação, mas ainda não cumpriram os elementos do Nível de progresso, não devem ser relatadas como em conformidade. No entanto, elas podem ser designadas como estando em processo de reatualização da conformidade.

Perguntas da consulta

- Você concorda com o caminho proposto para o retorno à conformidade do desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais após a data de corte? Se não, quais ajustes você sugere?
- Você concorda com os critérios de "nível de progresso" propostos para quando uma unidade de produção pode ser considerada como tendo voltado a estar em conformidade?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Tópico 8: Desvinculação responsável

A desvinculação refere-se à interrupção de um relacionamento com um fornecedor. Conforme observado na introdução do Tópico 6, o Framework geralmente incentiva os compradores a se envolverem com seus fornecedores para tratar da não conformidade e promover melhorias. Mas também reconhece que a exclusão do fornecedor pode ser necessária quando um fornecedor não quer ou não consegue evitar, prevenir, mitigar ou remediar impactos adversos e não conformidades de forma persistente.

O desengajamento pode acarretar riscos, inclusive o de que os danos ambientais ou sociais piorem quando o comprador não tiver mais um relacionamento comercial com o fornecedor e qualquer potencial de alavancagem que isso traga. O "desengajamento responsável" refere-se aos esforços de um comprador - em colaboração com outras partes interessadas, conforme apropriado - para ajudar a garantir que o desengajamento do fornecedor seja o mais protetor possível das pessoas e dos ecossistemas potencialmente afetados

Algumas referências existentes consideram que a desvinculação responsável se refere apenas às etapas finais associadas ao término de um relacionamento com o fornecedor. Outras referências consideram que o desligamento responsável também inclui etapas anteriores durante as quais o

comprador envolve e apoia o fornecedor na tentativa de resolver problemas, o que pode tornar a rescisão desnecessária. Aqui, usamos esse significado mais amplo e, portanto, abordamos o desligamento responsável no contexto das expectativas gerais de envolvimento do fornecedor e diligência devida da cadeia de suprimentos

Orientação atual da AFI sobre esse tópico

Embora o Framework oriente os compradores de commodities sobre os cursos de ação apropriados no caso de não conformidade (incluindo o término do relacionamento com o fornecedor quando justificado), ela não fornece nenhuma orientação específica sobre o tópico de desvinculação responsável.

Atualizações e adições propostas

Os acréscimos propostos especificarão as boas práticas relacionadas à desvinculação responsável. Essas práticas são informadas e alinhadas com os processos padrão de diligência devida descritos nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e nas Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável. A nova orientação descreverá as medidas que um comprador deve tomar antes e depois de decidir encerrar um relacionamento comercial devido à não conformidade, bem como as medidas para minimizar os impactos adversos ao se desvincular. Essas medidas estão resumidas abaixo.

Ações e considerações pré-exclusão:

- Envolver-se com os fornecedores para lidar com a não conformidade. Isso pode envolver o apoio aos fornecedores, bem como a aplicação de alavancagem para incentivar a melhoria, por exemplo, com base nos termos do contrato ou na perspectiva de redução de compras ou exclusão.
- Suspender ou reduzir as compras, se necessário.
- Avalie a necessidade de encerrar o relacionamento com o fornecedor com base nos fatores descritos no Tópico 6: gravidade da não conformidade; culpabilidade do fornecedor pela não conformidade; compromisso e capacidade do fornecedor de melhorar, remediar e evitar a recorrência da não conformidade; e possíveis impactos adversos da rescisão.

Ações para sair de um relacionamento com o fornecedor, se isso for necessário:

- Defina o escopo da exclusão (por exemplo, se ela se refere apenas a unidades de produção específicas ou a segmentos da cadeia de suprimentos com altos níveis de não conformidade ou, de forma mais ampla, às operações ou à cadeia de suprimentos do fornecedor).
- Comunique formalmente ao fornecedor a decisão de rescindir o contrato, detalhando os motivos e o cronograma.
- Desenvolver um plano de saída para mitigar os impactos adversos, em consulta com as partes interessadas e detentores de direitos potencialmente afetados.

- Divulgue os detalhes do desligamento, incluindo as partes envolvidas, a justificativa e os esforços de mitigação.

Ações para mitigar impactos adversos ao sair do relacionamento com o fornecedor:

- Fornecer notificação razoável aos fornecedores, trabalhadores e partes interessadas relevantes afetados.
- Cumprir todas as obrigações pendentes, como garantir que os funcionários recebam o pagamento pelo trabalho concluído.
- Facilite uma transição suave, quando apropriado, ajudando os trabalhadores deslocados a encontrar um novo emprego e ajustando os termos do contrato conforme necessário para aliviar os impactos econômicos.
- Contribuir para abordar as causas básicas do problema que levou à exclusão, como a quebra dos ciclos de trabalho infantil.
- Evitar efeitos em cascata, por exemplo, continuando a comprar de pequenos proprietários que dependiam do fornecedor excluído para vender seus produtos.
- Envolver-se em soluções colaborativas ou em nível de paisagem na região de fornecimento para tratar de questões mais amplas que exigiram a saída.
- Selecione fornecedores substitutos cuidadosamente, estruturando relacionamentos para promover melhores resultados e minimizar riscos futuros.

Perguntas da consulta

- Que orientações adicionais ou considerações específicas seriam úteis para determinar o término de um relacionamento comercial devido à não conformidade?
- Você concorda com as boas práticas propostas para sair de um relacionamento com um fornecedor e para mitigar os impactos adversos ao fazê-lo? Você sugere alguma ação ou boa prática adicional, ou algum ajuste àquelas listadas?
- Você acha que a abordagem e as medidas propostas aqui são amplamente aplicáveis a todos os relacionamentos entre comprador e fornecedor? Em caso negativo, como você sugeriria que as recomendações fossem diferenciadas com base no contexto (por exemplo, tipo de fornecedor ou natureza do relacionamento entre comprador e fornecedor)?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Verificação

Tópico 9: Verificação

A verificação é uma expectativa crescente nas cadeias de suprimento de commodities, impulsionada por novas regulamentos, demanda entre empresas e consumidores finais e expectativas das partes interessadas. No entanto, há grandes variações nas abordagens de verificação, na qualidade, na eficácia e no custo, com pouca concordância sobre a quantidade

adequada ou as formas de verificação necessárias para diferentes fins. Diretrizes claras e boas práticas de verificação podem ajudar a estabelecer mais alinhamento e consistência nas expectativas. Elas também podem ajudar as empresas a selecionar métodos de verificação que sejam adequados à finalidade e econômicos em relação a qualquer necessidade ou caso de uso específico.

Orientação atual da AFi sobre esse tópico

O Framework já fornece orientações consideráveis sobre o tema da verificação. Essas informações estão ancoradas no Princípio Fundamental 11, com detalhes adicionais nas Definições do Framework e na [Orientação Operacional sobre Monitoramento e Verificação](#) (em inglês). A orientação delinea as características da verificação confiável, aplicando-se a todas as formas de verificação, incluindo a primeira, a segunda e a de terceiros. Essas características incluem:

1. consistência com base em procedimentos e métodos documentados.
2. metodologias rigorosas, incluindo escopo e escala de verificação adequados, métricas auditáveis, práticas válidas de coleta de evidências e intensidade de auditoria adequada
3. auditores competentes com conhecimento e experiência adequados em relação aos tópicos e contextos que estão sendo verificados
4. imparcialidade e independência
5. transparência para ajudar a promover a revisão externa ou o exame minucioso dos processos de verificação, por exemplo, por meio do envolvimento das partes interessadas e da divulgação de informações
6. vínculo entre exercícios de verificação e processos de aprimoramento
7. retenção e documentação de evidências

A orientação também inclui boas práticas especificamente para a verificação por terceiros, bem como critérios para determinar quando é necessária uma verificação independente por terceiros.

Atualizações e adições propostas

A orientação da AFi sobre verificação será revisada - e ampliada, quando necessário - para abordar melhor as questões e ambiguidades atuais e para orientar as empresas de forma mais clara na seleção de abordagens de verificação que sejam adequadas a diferentes necessidades e casos de uso. Espera-se que esse material abranja os seguintes pontos.

Usos da verificação para gerenciamento interno versus validação externa: A orientação diferenciará os casos de uso da verificação para apoiar o gerenciamento interno daqueles que visam fornecer validação externa do desempenho. A verificação de primeira e segunda partes pode desempenhar papéis importantes no primeiro caso e deve ser orientada por boas práticas, mesmo que a validação externa não esteja sendo buscada. A orientação também esclarecerá que a verificação independente de terceiros é necessária principalmente quando uma empresa acredita que atingiu um determinado nível de conformidade ou desempenho em suas operações ou cadeias

de suprimentos e deseja garantir a validação externa desse fato. O monitoramento, a avaliação de riscos e as auditorias investigativas são abordagens mais adequadas quando o objetivo é avaliar a natureza dos riscos, impactos ou não conformidades em um segmento da cadeia de suprimentos.

Identificação dos principais casos de uso para validação externa e recomendações sobre

abordagens gerais de verificação para cada caso: A orientação fornecerá um conjunto generalizado de parâmetros para a elaboração de abordagens de verificação eficazes e confiáveis para cada um dos quatro casos de uso a seguir:

1. Cumprimento de regulamentos que exigem garantia em relação à conformidade e/ou ao desempenho
2. permitir reivindicações sobre volumes específicos de produtos
3. fundamentar relatórios de conformidade ou desempenho voltados para o público (por exemplo, porcentagem de todos os volumes de produtos de origem que são livres de desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais [% DCF]) no nível de uma cadeia de suprimentos ou em toda a empresa
4. Verificar a adequação da diligência devida da cadeia de suprimentos

As orientações adicionais se concentrarão especialmente no terceiro e quarto casos de uso, para os quais os requisitos e padrões não estão tão bem desenvolvidos e ainda restam muitas dúvidas.

Orientação sobre o que deve ser verificado: As atualizações incluirão orientações sobre o escopo apropriado da verificação, dependendo do que a empresa deseja verificar. Isso inclui os seguintes casos de uso comuns:

- Verificação dos níveis de conformidade ou desempenho para volumes específicos de produtos: O escopo deve incluir a verificação da rastreabilidade adequada, a verificação da conformidade na origem (por exemplo, no nível da unidade de produção ou da área) em relação aos critérios de interesse e a verificação da cadeia de custódia e dos mecanismos de reconciliação de volume.
- Verificação dos níveis de conformidade e da integridade de uma cadeia de suprimentos: O escopo deve incluir todos os elementos anteriores, além da verificação das políticas, sistemas e métodos dos fornecedores.
- Verificar as divulgações de sustentabilidade em nível de empresa: O escopo deve incluir todos os elementos anteriores, além da verificação de outros aspectos importantes do negócio, como as características, o risco e a exposição da cadeia de suprimentos; as políticas, os sistemas de gestão e a governança da empresa; e informações sobre as relações entre o desempenho da sustentabilidade e o risco financeiro e o valor da empresa.

Requisitos para verificado livre de desmatamento de floresta e outros ecossistemas naturais

(vDCF): A orientação descreverá um conjunto de requisitos genéricos de verificação para demonstrar o status de vDCF dos volumes de produtos. Esses requisitos geralmente seguem os elementos declarados acima para verificar a conformidade ou os níveis de desempenho de volumes específicos de produtos. A vDCF deve incluir verificação independente de terceiros, mas os

métodos para essa verificação podem incluir a revisão e a validação de informações coletadas por meio de ferramentas e serviços de terceiros, análise geoespacial usando ferramentas e conjuntos de dados de código aberto ou outros métodos. A orientação também tomará nota dos padrões vDCF existentes (por exemplo, aqueles desenvolvidos no contexto de vários grupos do setor) e buscará consolidar as boas práticas comuns e o alinhamento geral que se baseia na experiência com esses sistemas. Além disso, destacará a função de sistemas robustos de controle de fornecedores no fornecimento de rastreabilidade e evidências de conformidade, bem como diretrizes para que as empresas façam declarações confiáveis de DCF ao confiar em informações transmitidas por fornecedores.

Perguntas da consulta

- De modo geral, você concorda com os conceitos descritos no resumo? Há algum item para o qual você sugere ajustes ou detalhes adicionais?
- Os pontos do resumo abordam as áreas atuais de ambiguidade ou desalinhamento em relação aos objetivos, formas e boas práticas de verificação? Caso contrário, que outras questões você gostaria que a orientação de verificação atualizada da AFI abordasse?
- Em sua opinião, quais são as funções da verificação de segunda parte e como essas funções devem ser refletidas com precisão na orientação atualizada?
- Você concorda com os elementos propostos para o vDCF descritos no resumo da consulta? Que outros aspectos do vDCF seria importante abordar para ajudar a garantir que haja rigor e credibilidade adequados na forma como esse conceito é desenvolvido?
- Alguns expressaram preocupação com o fato de que os exercícios de verificação às vezes acarretam custos significativos com poucos benefícios. Como você sugeriria simplificar ou concentrar as expectativas de verificação para que sejam eficazes e eficientes?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Metas e trajetórias de progresso

Tópico 10: Caminhos de melhoria para volumes de produtos difíceis de rastrear

As empresas muitas vezes têm o desafio de cumprir os compromissos responsáveis da cadeia de suprimentos para os segmentos da cadeia de suprimentos que incluem volumes de produtos difíceis de rastrear. Esses desafios podem surgir devido a várias causas, conforme resumido na tabela abaixo.

Desafios mais próximos da origem (normalmente a montante dos principais comerciantes)	Desafios mais distantes da origem (normalmente a jusante dos principais comerciantes)
<ul style="list-style-type: none"> • Longas cadeias de suprimentos com vários níveis de fornecedores indiretos a montante dos comerciantes (por exemplo, gado) • Fornecimento de pequenos produtores, onde a base de fornecimento é altamente dinâmica • Alto grau de informalidade ou comércio local a montante dos principais comerciantes (por exemplo, intermediários locais nas cadeias de suprimento de cacau) 	<ul style="list-style-type: none"> • Derivados: transformação química de produtos, geralmente por meio de vários estágios de refino e processamento • Commodities incorporadas: produtos consumidos por animais na cadeia de suprimentos de uma empresa, mas que não estão mais fisicamente presentes nos materiais adquiridos

Esses vários desafios para alcançar a rastreabilidade e o controle adequados são bastante diferentes uns dos outros e cada um deles exige soluções diferentes. As atualizações do Accountability Framework se concentrarão em fornecer mais detalhes sobre a superação dessas barreiras para a rastreabilidade e o controle totais, bem como sobre as trajetórias de progresso apropriadas e as medidas provisórias adequadas ao longo do caminho para isso.

Orientação atual sobre esse tópico

Atualmente, o Framework oferece orientação geral sobre a melhoria da rastreabilidade e do controle de fornecedores indiretos e pequenos proprietários, bem como sobre o trabalho com fornecedores para melhorar a rastreabilidade e demonstrar conformidade em cadeias de suprimentos de vários níveis. No entanto, o Framework não fornece atualmente orientação específica sobre derivados e volumes incorporados

Atualizações e adições propostas

As atualizações do Framework incluirão mais detalhes sobre as ações esperadas e as trajetórias de progresso nos casos em que não houver rastreabilidade e controle suficientes. Como diretriz geral, em tais situações, as empresas devem adotar os dois conjuntos de medidas a seguir:

- **Medidas de aprimoramento** que tomam medidas viáveis e eficazes em cada contexto de fornecimento para progredir em direção à rastreabilidade e ao controle totais (ou pelo menos em níveis maiores). Os exemplos incluem o rastreamento progressivo de produtos mais a montante e a realização de monitoramento, auditorias ou avaliações nos estágios intermediários da cadeia de suprimentos.
- **Medidas de investimento** que abordam riscos e apoiam melhorias no nível da base de suprimentos. Os exemplos incluem investimento em iniciativas de paisagem, programas de apoio a pequenos proprietários ou créditos de book-and-claim de certificação. Embora seja desejável direcionar esse investimento para as áreas reais de fornecimento da empresa,

quando essas áreas não são conhecidas, o investimento em contextos semelhantes é apropriado. Esse investimento permite que a empresa faça um tipo e um nível semelhantes de contribuição para as melhorias de conformidade e desempenho na origem, como teria feito diretamente se a rastreabilidade total estivesse em vigor.

Para determinados volumes de produtos, a rastreabilidade total pode não ser alcançada em um futuro próximo, pelo menos não por meio dos esforços de um único comprador. Um exemplo são os derivados de óleo de palma altamente transformados que passam por vários intermediários e podem se originar de um vasto conjunto de regiões de fornecimento. Nesses casos, o comprador deve: 1) buscar melhorias parciais na rastreabilidade e no controle, na medida do possível; 2) buscar medidas de investimento, conforme descrito acima; e 3) colaborar com outros (por exemplo, empresas e fornecedores do setor) para ajudar a enfrentar os desafios sistêmicos da rastreabilidade e do controle que exigem soluções coletivas.

As atualizações também incluirão novas orientações focadas especialmente em derivativos e volumes incorporados. As novas definições a seguir são propostas para ajudar a padronizar o entendimento desses conceitos:

- **Produtos inteiros:** Produtos agrícolas não transformados ou minimamente transformados em relação ao estado em que foram colhidos, criados ou abatidos. Os produtos integrais incluem produtos agrícolas e animais crus, frescos, torrados e secos.
- **Produtos processados:** Produtos que foram fisicamente transformados a partir do estado de produto integral, por exemplo, por esmagamento, separação física de componentes ou extração de óleos.
 - Nota explicativa: "Processado", neste contexto, refere-se ao processamento primário de commodities individuais. Não inclui o processamento secundário para produzir derivados nem a fabricação que combina vários ingredientes.
- **Derivados:** Produtos extraídos ou sintetizados de produtos inteiros ou processados por meio de transformação química ou recombinação de seus óleos ou componentes químicos.
- **Volumes de commodities incorporados:** Volumes de commodities que são fornecidos aos animais na cadeia de suprimentos upstream de uma empresa, mas que não estão mais fisicamente presentes nos animais ou nos produtos de origem animal comprados pela empresa.

Espera-se que novas orientações sobre derivativos e volumes incorporados incluam os seguintes pontos, informados pelo trabalho contínuo do setor e de grupos de várias partes interessadas que estão desenvolvendo ativamente abordagens comuns e práticas recomendadas para esses tipos de volumes.

- Os compromissos da empresa e as estratégias de fornecimento responsável devem incluir e abordar derivados e volumes incorporados, além de produtos inteiros e processados. Isso inclui não apenas os volumes incorporados em quaisquer produtos animais crus, como frango ou carne de porco, mas também em produtos derivados de animais, como leite,

laticínios, ovos e produtos processados que os contenham. Entretanto, embora os derivados e os volumes incorporados devam ser incluídos nos compromissos da empresa, pode ser apropriado identificar diferentes conjuntos de ações ou cronogramas para implementação e marcos de desempenho para esses volumes potencialmente difíceis de rastrear.

- As empresas devem quantificar sua pegada de volume incorporado usando ferramentas confiáveis ou métodos aceitos. Essa quantificação fornece uma base para ajudar a calibrar o nível esperado de medidas de investimento, conforme descrito acima.
- As medidas de melhoria (conforme descrito acima) devem ser adotadas por meio do trabalho com fornecedores intermediários (como fabricantes de ração animal e fabricantes de produtos oleoquímicos) e/ou iniciativas em nível de setor para ajudar a rastrear e controlar os suprimentos de materiais que chegam aos pontos críticos de mistura e processamento. A rastreabilidade e o controle podem ser obtidos por meio de qualquer um dos quatro métodos elaborados no Accountability Framework (consulte rastreabilidade, avaliação e controle da cadeia de suprimentos acima). Quando isso ainda não tiver sido alcançado, deve-se buscar um progresso gradual em direção a esses níveis, começando com a rastreabilidade em nível nacional.
- As empresas devem divulgar os níveis de compra, bem como as ações e os níveis de desempenho (por exemplo, níveis de rastreabilidade e porcentagem de volumes que se sabe estarem em conformidade) para derivados e volumes incorporados.

Perguntas da consulta

- Você concorda com o enquadramento geral desse tópico e com a caracterização dos desafios para alcançar a rastreabilidade e o controle adequados? Além disso, você concorda com as definições propostas de produtos inteiros, produtos processados, derivados e volumes incorporados? Caso contrário, quais ajustes você sugere?
- Você concorda com a expectativa geral de que as empresas devem buscar tanto medidas de melhoria quanto medidas de investimento quando a rastreabilidade ou o controle forem insuficientes devido aos tipos de desafios resumidos para esse tópico no resumo da consulta? Em caso negativo, como você sugere que essa expectativa seja matizada ou esclarecida?
- Você concorda com os elementos para a busca de progresso para derivativos e volumes incorporados? Há outros elementos que você acha que deveriam ser incluídos?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?

Tópico 11: Datas de metas e cumprimento de metas

Várias empresas estabeleceram metas ambiciosas para cadeias de suprimentos responsáveis, incluindo metas específicas com prazo determinado, como a obtenção de cadeias de suprimentos sem desmatamento até 2025. Algumas empresas estão no caminho certo para atingir essas metas e muitas alcançaram um progresso significativo, mas outras não estão no caminho certo. Isso levanta questões sobre a melhor forma de manter a ambição, sustentar as conquistas alcançadas até o momento, promover o progresso rápido e facilitar a responsabilização após a expiração das datas-limite.

Ao mesmo tempo, muitas outras empresas ainda não definiram objetivos sólidos ou metas com prazo determinado. A preocupação com possíveis riscos legais ou de reputação decorrentes de compromissos não cumpridos pode contribuir para essa hesitação. No entanto, esse "esverdeamento" sufoca a ambição individual e coletiva e impede a responsabilidade, retardando assim o impulso necessário para enfrentar os desafios críticos da cadeia de suprimentos

Essas duas realidades ressaltam a importância de promover uma abordagem orientada para resultados que ajude a sustentar a alta ambição onde ela já existe e, ao mesmo tempo, forneça caminhos claros para que todas as empresas estabeleçam metas e tomem medidas rápidas, independentemente de seu nível de realização atual.

Orientação atual da AFi sobre esse tópico

A AFi recomenda que as empresas estabeleçam compromissos ambiciosos e com prazos definidos que abranjam todo o seu negócio. A data-alvo dos compromissos é definida como o ponto em que os compromissos devem ser totalmente implementados. Se a implementação for planejada em fases, as empresas devem estabelecer cronogramas claros e com prazos definidos, dando prioridade às áreas onde ocorrem os impactos mais significativos ou onde há maior potencial para resultados positivos. O progresso deve ser divulgado de forma transparente, usando métricas padronizadas, abrangendo exposição e risco, indicadores de desempenho, como a porcentagem de materiais livres de desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais, e ações tomadas para atingir essas metas.

Atualizações e adições propostas

A AFi planeja publicar um novo documento de Orientação Operacional abordando questões relacionadas a datas de metas, cumprimento de metas e trajetórias de progresso. O objetivo é ajudar a apoiar uma forte ambição, progresso com prazo determinado e responsabilidade clara, especialmente após 2025. A orientação dará mais ênfase ao papel das trajetórias de progresso que permitem às empresas planejar, alcançar e relatar o progresso incremental em prazos mais curtos, de aproximadamente um a dois anos. Isso ajudará a garantir que as metas e ambições de longo prazo (geralmente ancoradas em anos de números redondos, como 2025 ou 2030) sejam efetivamente implementadas de forma sistemática e rápida, e que as partes interessadas possam avaliar o progresso de forma mais contínua. Isso ajudará as empresas a manter ambições de curto e

longo prazo, garantindo que os esforços sejam sustentados após 2025. A seguir, apresentamos os principais elementos da nova orientação proposta em relação a algumas perguntas comuns.

- **O que significa cumprir um compromisso:** Elaborando sobre a definição existente da AFI de "data-alvo", propõe-se que um compromisso seja considerado cumprido se ambas as afirmações a seguir forem verdadeiras:
 - Todos ou quase todos os materiais da cadeia de suprimentos da empresa estão em conformidade com os compromissos da empresa (em um nível de volume de produto). A ressalva implícita em "quase todos" permite um equilíbrio razoável dos fatores decisórios, como a conformidade total versus a inclusão de pequenos proprietários. Ela também reconhece o dinamismo das configurações e relações da cadeia de suprimentos que existe na maioria das cadeias de suprimentos. Exemplos de segmentos de fornecimento que podem não estar 100% em conformidade, mesmo com a implementação total de um compromisso, incluem: i) fornecedores que atualmente não estão em conformidade, mas que estão envolvidos pelo comprador em um processo ativo de melhoria ou correção; ii) fornecedores que não estão em conformidade são mantidos a longo prazo por motivos válidos, como, por exemplo, a inclusão de pequenos acionistas; e iii) novas não conformidades que foram incorridas por meio de fusões e aquisições, ou integração de novos fornecedores que têm sistemas e níveis de desempenho bons, mas não perfeitos. Embora a AFI não tenha a intenção de fornecer limites quantitativos, como indicação geral, "quase todos" deve atingir ou estar muito próximo de 100% para produtores e primeiros compradores.
 - A empresa tem sistemas eficazes para prevenir e evitar proativamente a não conformidade, monitorar sua base de fornecedores e responder a quaisquer problemas que surjam.

Cumprir um compromisso de cadeia de suprimentos responsável não é uma conquista única. Uma vez que a empresa tenha atingido os níveis de desempenho anteriores, ela precisa manter esses níveis em um "estado estável" por meio de um gerenciamento contínuo eficaz.

- **O que uma empresa deve fazer se não cumprir uma data-alvo:** A empresa deve:
 - Manter as metas incluídas no compromisso original.
 - Definir e publicar planos e metas de aprimoramento de curto prazo, por exemplo, com um cronograma de um a dois anos, em uma base contínua.
 - Alcançar uma rápida melhoria em direção à implementação total de seu compromisso.
 - Divulgar anualmente de acordo com a orientação da AFI sobre relatórios e divulgação.
- **Boas práticas para definir compromissos e metas pós-2025:** A orientação atual da AFI sobre esse tópico continua válida, incluindo os Princípios Fundamentais 3.1 (os compromissos se aplicam amplamente a toda a empresa, incluindo todas as commodities, cadeias de suprimentos e origens de fornecimento) e 3.2 (os compromissos incluem metas e marcos com prazo definido publicamente). Com base na experiência com os desafios de orientar a ação e a responsabilidade principalmente em torno de metas de marcos importantes (por

exemplo, 2020 e 2025), a orientação atualizada dará mais ênfase à importância de incluir também planos e marcos de curto prazo que possam orientar os esforços e a responsabilidade de forma mais contínua.

- **Como as trajetórias de progresso devem ser caracterizadas:** A orientação continuará recomendando que as empresas divulguem seus dados usando métricas alinhadas à Accountability Framework (ou seja, baseadas na [Metodologia Comum](#) da AFI) e sistemas (por exemplo, CDP). Isso inclui métricas consistentes e quantitativas sobre os níveis de rastreabilidade e sobre a porcentagem de volumes de origem que são livres de desmatamento em floresta e outros ecossistemas naturais (DCF), o que apoia a clareza e a consistência nos relatórios de progresso. Na nova orientação, essas métricas podem ser complementadas com uma recomendação para relatórios aprimorados com base no volume, segundo a qual as empresas divulgariam não apenas a porcentagem de volumes de origem que estão em conformidade, mas também as respostas da gerência para os volumes de origem restantes que não se sabe se estão em conformidade. Essa abordagem facilitará para as empresas demonstrarem aos seus compradores, investidores e acionistas como estão agindo para progredir rumo à implementação total de seus compromissos, conforme detalhado acima.

Perguntas da consulta

- Você concorda com a proposta sobre o que significa ter "implementado totalmente" um compromisso, incluindo a ênfase dupla na conformidade em nível de volume e em sistemas e ações mais amplos? Caso contrário, que ajustes você proporia?
- Como você acha que os compromissos, as datas-alvo e/ou os marcos devem ser formulados daqui para frente para ajudar a maximizar a ambição, o progresso e a responsabilidade, especialmente após 2025?
- Seria útil definir estágios intermediários de progresso e realização, quais são esses estágios ou com que rapidez uma empresa deve passar de um estágio para outro? Você acha que as categorias de nível de desempenho, como "progredir" e "entregar", são úteis nesse sentido?
- Você tem algum outro comentário sobre esse tópico?